

CONDIÇÕES DE TRABALHO E SUAS REPERCUSSÕES NA SAÚDE DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL*

APARECIDA NERI DE SOUZA**

MARCIA DE PAULA LEITE***

RESUMO: Análise de pesquisas – teses e dissertações – sobre trabalho e saúde de professores da educação básica no Brasil, produzidas no período entre 1997 e 2006, mapeando as principais formas de sofrimento no trabalho a que estão submetidos os docentes. O texto indica que há uma predominância de estudos, sobre saúde mental, construídos a partir do campo da psicologia e das ciências médicas e biológicas. As pesquisas dialogam com referencial teórico metodológico da psicopatologia do trabalho e com estudos, no campo da educação, sobre mal-estar docente. Finalmente, o texto aponta para os limites e perspectivas das pesquisas sobre as condições de trabalho e saúde de professores.

Palavras-chave: Trabalho docente. Condições de trabalho. Saúde de professores. Professores de educação básica.

WORKING CONDITIONS AND THEIR IMPACTS ON THE HEALTH OF BASIC EDUCATION TEACHERS IN BRASIL

ABSTRACT: This paper explores research – theses and dissertations – on the work and health of basic education teachers carried out between 1997 and 2006, in Brazil, to survey to which forms of suffering these professionals are submitted. It shows that most studies on mental health draw on psychology and medical and biological sciences. They dialog with both the methodological, theoretical framework of work psychopathology and education studies on teachers' discontent. Finally, the text points out the limits and perspective of the research on the working conditions and health of teachers.

Key words: Teacher's work. Working conditions. Teachers health. Basic education teachers.

* Pesquisa desenvolvida para a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO), coordenada por Aparecida Neri de Souza e Marcia de Paula Leite, ambas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

** Doutora em Educação e professora de Sociologia da Educação do Programa de Pós-Graduação e da Faculdade de Educação da UNICAMP. *E-mail:* anerisouza@uol.com.br

*** Doutora em Ciências Sociais e professora titular do Programa de Pós-Graduação e da Faculdade de Educação da UNICAMP. *E-mail:* mpleite@uol.com.br

LES CONDITIONS DE TRAVAIL ET LEURS RÉPERCUSSIONS SUR LA SANTÉ
DES PROFESSEURS DE L'ÉDUCATION DE BASE AU BRÉSIL

RÉSUMÉ: Ce texte analyse des recherches (mémoires et thèses) sur le travail et la santé de professeurs de l'éducation de base au Brésil, produites entre 1997 et 2006 pour dresser une carte des principales formes de souffrance au travail auxquelles les enseignants sont soumis. Il indique que la plupart des études sur la santé mentale se basent sur le champ de la psychologie et des sciences médicales et biologiques. Ces recherches dialoguent avec un cadre de références théorico-méthodologiques de la psychopathologie du travail et avec des études dans le champ de l'éducation sur le malaise enseignant. Finalement, cet article souligne les limites et les perspectives des recherches sur les conditions de travail et de santé de professeurs.

Mots-clés: Travail enseignant. Conditions de travail. Santé des professeurs. Professeurs d'éducation de base.

Introdução

Este texto tem como objetivo apresentar a análise de pesquisas produzidas sobre as condições de trabalho e saúde dos professores da educação básica. Convém frisar, contudo, que ele não se baseia em um levantamento exaustivo dos trabalhos sobre o tema. Em vez disso, optamos por uma discussão restrita fundamentalmente às dissertações e teses, com o cuidado de inserir coletâneas e livros baseados em pesquisas, produzidas entre 1997 e 2006, atendo-nos, portanto, ao debate mais recente sobre o tema.

De forma geral, há uma predominância de estudos sobre saúde mental: estresse, *burnout*, mal-estar, entre outros, construídos a partir do campo de conhecimento da psicologia e da biologia. Nas análises sobre o trabalho, estrito senso, predominam os estudos ergonômicos sobre as atividades e tarefas dos professores. Neles, o trabalho docente é compreendido como uma atividade repetitiva, fragmentada em tarefas e submetida a intensos ritmos de trabalho. As análises sobre as condições de trabalho são fortemente marcadas pela autopercepção dos professores, sendo praticamente inexistentes os estudos empíricos sobre as reais condições de trabalho em escolas. Da mesma forma, há também poucos estudos sobre os reflexos da organização e da gestão do trabalho na saúde dos professores e os estudos sobre saúde, de forma geral, buscam os sintomas (autopercepção) e suas patologias e acabam por estabelecer orientações para a promoção e prevenção (estudos prescritivos).

As discussões que buscam relacionar trabalho e saúde/doença possuem já uma longa história, seja na área das ciências sociais, seja no campo da saúde em suas distintas especialidades.¹ Desde as impactantes análises realizadas por Marx sobre as condições de trabalho do operariado inglês a partir da primeira revolução industrial, em sua obra máxima (*O capital*), o tema das condições de trabalho e suas

implicações para a saúde e qualidade de vida dos trabalhadores permanece como objeto de estudo de pesquisadores preocupados em entender as condições de vida da classe trabalhadora.

De fato, ao desvendar já na primeira metade do século XIX a dinâmica do desenvolvimento capitalista, a acumulação de capital a partir da extração da mais-valia do trabalho, Marx (1973) trazia à luz não só a lógica da exploração do trabalho assalariado, como seus efeitos sobre as condições de trabalho: extensas jornadas; insalubridade dos locais de trabalho; alienação do trabalhador em relação ao produto e ao processo de seu trabalho; baixos salários provocados pela existência de um significativo exército industrial de reserva, que pressionava constantemente os salários para baixo, mantendo-os no nível da subsistência.

A discussão sobre o tema intensificou-se ainda mais na virada do século XIX para o XX, com o advento da tecnologia eletromecânica e a nova organização do trabalho inaugurada pelo taylorismo e o fordismo. Baseada no aprofundamento da alienação do trabalho a partir de uma divisão ainda maior entre o trabalho manual e intelectual, na rígida divisão das tarefas e no estrito controle da gerência sobre o processo de trabalho, ela trazia novos elementos para as condições de trabalho. A brutal intensificação do trabalho que essas novas formas de organização impunham; o aumento da alienação do trabalhador, que perdeu ainda mais o sentido do seu trabalho; o incremento dos acidentes de trabalho e da insalubridade dos novos métodos de trabalho, caracterizados por Braverman (1977) como a *degradação do trabalho*, incrementaram a preocupação dos estudiosos. Estes, entretanto, se concentravam de maneira bastante evidente nas áreas de medicina do trabalho, administração de empresas e engenharia de produção e possuíam um forte viés voltado aos interesses das empresas, no sentido de buscar a adaptação do trabalhador às suas atividades e garantir o rápido retorno dos doentes ao trabalho.

Foi somente a partir do final dos anos de 1960, quando o próprio movimento operário (especialmente com a explosão, na França, do “maio de 68”) passou a criticar duramente as condições de trabalho, a partir de um intenso movimento de greves e tomadas de fábrica, no qual a questão da saúde esteve no centro das reivindicações (o que se evidencia nas principais consignas do movimento como “saúde não tem preço”; “saúde não se vende”), que o tema tomou conta também de outras áreas. A partir de então, sociólogos, economistas, antropólogos, historiadores, psicólogos, fonoaudiólogos, apenas para citar as áreas do conhecimento que mais se têm preocupado com a questão, entraram para a discussão, forjando-lhe uma marca que estará presente na análise de qualquer tipo de trabalho e profissão que se fará a partir de então: a da multidisciplinaridade.

Não é por acaso que o marco mais importante para esse tipo de estudo veio, a partir desse período, da psicopatologia do trabalho – uma área marcada pela

interdisciplinaridade – com os estudos realizados por Christophe Dejours e sua equipe, no Laboratório de *Psychologie du Travail et de l'Action*, do *Conservatoire National des Arts et Métiers* (CNAM), em Paris.

A grande contribuição da nova escola que se fundava e que passou a orientar os estudos sobre o tema baseou-se em alguns princípios que inauguraram um novo paradigma teórico. Estes princípios podem ser assim resumidos:

- a) o estudo sobre as condições de trabalho não pode ser feito sem que se leve em consideração a organização do processo de trabalho e os diferentes tipos de sofrimento físico e psíquico que ela impõe aos trabalhadores;
- b) a análise das doenças profissionais deve levar em conta que as situações de saúde e doença não se opõem como dois extremos, mas se configuram mais como um continuum saúde/doença, em que os limites entre uma situação e outra são tênues, flexíveis e em geral passíveis de reversibilidade;
- c) o sofrimento possui uma dimensão dinâmica que enseja um esforço criativo de transformação. Nesse sentido, o trabalhador não é um receptor passivo de agentes provocadores de doença, mas participa desse processo, desenvolvendo um papel importante na produção de sistemas defensivos. Esse esforço, de caráter individual ou coletivo, pode tanto criar melhores condições para que os profissionais preservem sua saúde, mesmo em condições bastante adversas, como ser explorados pela organização em proveito da produtividade, provocando mais sofrimento psíquico.

Vale destacar que essa nova corrente teórica vem à luz exatamente num momento de profundas transformações no mundo do trabalho, relacionadas a um modo de acumulação do capital denominado *acumulação flexível* por Harvey (2003). Baseado em inovações tecnológicas, notadamente a microeletrônica; em um novo patamar de internacionalização do capital; na hegemonia dos princípios liberais de encolhimento do Estado e regulação pelo mercado; em outras formas de organização do trabalho; no aumento da competição empresarial, com novas exigências de conhecimento e qualificação profissional para os trabalhadores e à população em geral, este recente momento da acumulação terá profundas consequências sobre as condições de vida do conjunto da população, assim como sobre o trabalho do professor.

Essas questões serão levadas em conta por outra importante contribuição para o tema, vinda agora da área da educação, que consiste nos estudos de Esteve (1999), realizados na Universidade de Málaga, Espanha. As contribuições deste autor apresentam-se como um marco na discussão das condições do trabalho docente por sistematizar o debate sobre o conjunto de dificuldades e de constrangimentos profissionais

que afetam o trabalho dos professores, cunhando o termo mal-estar docente para designá-los. A expressão mal-estar, segundo o autor no prólogo da terceira edição espanhola, “é intencionalmente ambígua (...) sabemos que algo não vai bem, mas não somos capazes de definir o que não funciona e por que” (Esteve, 1999, p. 12).

De acordo com Esteve, o mal-estar docente é um fenômeno social do mundo ocidental, que possui como agentes desencadeadores a desvalorização, concomitante às constantes exigências profissionais; a violência; a indisciplina, entre outros fatores que acabam por promover uma crise de identidade em que o professor passa a se questionar sobre a sua escolha profissional e o próprio sentido da profissão.

A expressão mal-estar docente descreve os efeitos permanentes de caráter negativo que afetam a personalidade do professor, resultado das condições em que exerce a docência. A partir de tais condições, os docentes passam a manifestar sentimentos negativos intensos como angústia, alienação, ansiedade e desmotivação, além de exaustão emocional, frieza perante as dificuldades dos outros, insensibilidade e postura desumanizada. Esteve (1999) classifica as causas do mal-estar docente em dois tipos: a) fatores primários (aspectos que agem diretamente sobre a ação do professor em sala de aula, gerando tensões e sentimentos negativos) e b) fatores secundários (condições de trabalho que agem indiretamente sobre a imagem do professor). A situação de mal-estar resulta no “ciclo degenerativo da eficácia docente”. A profissão docente é hoje considerada uma das mais estressantes, uma profissão de risco, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Como a grande maioria da categoria é do sexo feminino, devem ser ressaltados, em particular, os efeitos desse estresse na saúde das mulheres, como amenorréia, tensão pré-menstrual, cefaléia, melancolia climatérica, frigidez, anorexia, bulimia, neurose de ansiedade e psicose depressiva. O autor refere-se também à presença da síndrome de *burnout* entre os professores.

A grande contribuição de Esteve encontra-se no destaque de seu estudo às condições sociais do trabalho, retirando o foco da análise do professor, enquanto indivíduo isolado na sala de aula, para colocá-lo na organização do trabalho na escola e no entorno social em que ela se encontra. Analisando dois grupos de professores, o autor nos informa que o primeiro grupo busca maneiras criativas e inovadoras de exercer seu trabalho, visando contornar os limites impostos; o segundo grupo se rende aos imperativos das condições do trabalho docente, resultando em absenteísmo ou mesmo abandono do posto de trabalho. É a partir desse olhar que o autor irá referir-se ao mal-estar docente como a um tipo de doença social causada pela falta de apoio da sociedade ao professor, provocando o desencantamento com o trabalho realizado. Esteve também vai ressaltar a importância do choque provocado entre a velocidade com que se processam as mudanças na sociedade atual e a incapacidade do sistema educacional de se adequar a elas.

Estes serão os marcos teóricos e o contexto econômico e social em que estarão circunscritos os estudos sobre as condições de trabalho e de saúde dos professores no Brasil, os quais são relativamente recentes quando comparados aos de outras categorias profissionais, apesar de este ser um setor quantitativamente expressivo no conjunto da população trabalhadora, além da importância da atividade para a reprodução social. Cabe destacar, entretanto, que apesar da legitimidade que esses marcos teóricos vêm firmando sobre o tema, eles não se estenderão a todos os trabalhos, especialmente os provenientes da área da biologia, que continuarão, em grande medida, apoiando-se nas bases teóricas da epidemiologia e da saúde ocupacional e na análise da saúde como uma questão desvinculada do entorno social.

É nesse sentido que a análise da organização do trabalho docente emerge como uma questão central para o tema, assim como os elementos agressores que ela cria aos(as) professores(as). Nesse contexto, a análise das novas exigências profissionais que recaem sobre os(as) professores(as) e dos novos desafios sociais com os quais eles(as) se defrontam surge como questão relevante. É também nesse contexto que a análise das defesas criadas pelos profissionais da educação adquire centralidade, bem como seus limites e possibilidades para protegê-los(as) das principais situações mórbidas que os rodeiam, como disfunções vocais, estresse, depressões, entre outras.

Considerando o processo histórico de análise do tema, este estudo sobre *Condições de trabalho e saúde dos professores* analisa a bibliografia a partir das pesquisas sobre o mal-estar docente, estresse emocional e síndrome de *burnout*, entendida a partir da definição de Fregenhauer (1974).

Praticamente a totalidade dos trabalhos analisados faz referência ao mal-estar docente, discutindo como ele se manifesta em diferentes contextos do ensino básico – educação infantil, ensino fundamental e médio –, seja em escolas públicas (municipais e estaduais), seja em escolas privadas.

Um problema metodológico que emerge da análise do levantamento consiste na dificuldade que os estudiosos do tema ainda revelam de trabalhar com a multidisciplinaridade. Com efeito, os estudos das áreas das ciências humanas (com exceção da psicologia social) se mostram, de forma geral, com pouca habilidade para trabalhar os problemas relacionados à saúde. Por outro lado, as pesquisas vindas da área biológica apresentam dificuldade em tratar o problema a partir de suas características sociais e, quando o fazem, raramente conseguem levar essa perspectiva até as propostas de enfrentamento dos problemas, que acabam, na grande maioria das vezes, sendo apresentadas a partir de um enfoque individual. Nesse sentido, os trabalhos continuam entendendo os problemas relacionados à saúde do professor muito mais como um processo biopsíquico do que um processo social. Vale destacar

também, nessa discussão da multidisciplinaridade, a contribuição da ergonomia e da ergologia, que por sua prática multidisciplinar têm adotado um questionamento dos problemas de forma mais ampla, levando em consideração vários de seus aspectos.

Muitos estudos inspiram-se nas concepções construídas a partir da Psicologia do Trabalho e, mais recentemente, da Psicodinâmica do Trabalho de Christophe Dejours, em que a mediação da linguagem é essencial para apreender o significado que os professores dão à vivência. Essas análises se propõem a compreender a dinâmica dos processos de trabalho, focalizam os conflitos surgidos no encontro entre sujeitos (portadores de história singular) e sua situação de trabalho fixada, em grande parte, independentemente de sua vontade. Assim, a questão do sofrimento, concebido como vivência subjetiva intermediária entre o bem-estar psíquico e os transtornos mentais, circunscreve os estudos sobre o mal-estar docente nas dimensões da organização do trabalho nas escolas, sejam elas públicas ou privadas.

Quanto às técnicas de pesquisa utilizadas, cabe ressaltar a sua diversidade: questionários, escala de qualidade de vida no trabalho, teste de associação de palavras, entrevistas em profundidade, observação, análise de dados quantitativos, levantamento de dados de licenças médicas, discussões em grupo. As condições de trabalho, como já referido anteriormente, são estudadas a partir da autopercepção dos professores entrevistados, analisando as manifestações de sofrimento, com repercussões na saúde física e mental.

No que se refere aos problemas relacionados às condições de trabalho, para os quais existe certo consenso na bibliografia, destacam-se os baixos salários, as precárias condições de trabalho, especialmente no que concerne à temperatura, ruído e superlotação das salas, o cansaço físico pela longa jornada, a dupla jornada das professoras (doméstica e profissional), a falta de tempo para si, a angústia gerada pelas exigências sociais da atividade (Zacchi, 2004); a complexidade das tarefas desenvolvidas e a falta de recursos materiais; os problemas sócio-familiares dos alunos; os ritmos de trabalho, a multiplicidade de tarefas diferenciadas e simultâneas, o uso elevado da voz, as posturas desconfortáveis, a pouca frequência de pausas, as cargas psíquicas acumuladas, a falta de valorização do trabalho realizado, o estado psicológico dos alunos, a burocratização e rotinização das atividades educativas, a prescrição do trabalho, as dificuldades nas relações com as famílias dos alunos (que tendem a encarar os profissionais como responsáveis pelo sucesso ou insucesso de seus filhos), a falta de diálogo com a administração; a violência na escola (brigas entre alunos, roubos, ameaças dos alunos, depredação do espaço), a necessidade de o professor fazer outras atividades como forma de aumentar a renda; o trajeto frequentemente longo entre casa e local de trabalho (Carneiro, 2001); o trabalho em mais de uma escola, a necessidade de realização de parte do trabalho no universo doméstico (preparação de aulas, correção de provas), a dificuldade de participação

em cursos de aperfeiçoamento (Oliveira, 2001); a expansão dos contratos de trabalho para horistas e as políticas educacionais autoritárias (Pereira, 2000); a inserção do voluntariado e da participação comunitária na escola (provocando descentralização das decisões e atribuindo à escola, ao professor e à comunidade a responsabilidade pela educação básica), a inadequação do espaço físico, expressa nas carteiras baixas e no reduzido tamanho das salas (Noronha, 2001); a perda de autonomia e a divisão do trabalho, os movimentos repetitivos, o aumento das exigências cognitivas, as más condições das cantinas, a má higiene e limpeza escolar, a insegurança quanto à demissão (Lima, 2000); a falta de água, a insuficiência de carteiras, o comprometimento da rede elétrica, além de ocorrências frequentes relacionadas a agressões, salários em atraso, falta de concursos públicos para provisão de cargos e o conseqüente crescimento da contratação temporária (Mascarello, 2004); o uso de horas extras (que deveriam ser destinadas a suprir licenças de outros professores) para preencher vagas reais, tendo em vista que o número de servidores nomeados é insuficiente para atender à demanda das escolas (Suzin, 2005); a perda da identidade (Vieira, 2004); a ausência de mesas para o professor nas salas de aula (Amado, 2000); a necessidade de permanecer em pé durante toda a aula, escrever na lousa, corrigir caderno na carteira do aluno na posição em pé com inclinação do tronco, apagar a lousa, entregar livros, cadernos e outros materiais didáticos aos alunos ou levá-los para casa, retirar e carregar grandes quantidades de materiais do armário, passar atividades no mimeógrafo, segurar livro ou caderno em uma mão, enquanto escreve na lousa com a outra (Panzieri, 2004); a imagem errônea da opinião pública sobre o professor e a cooptação de professores pela administração (Santos, 2004); as novas exigências de qualificação, como polivalência, qualificação técnica, participação criadora, mobilização da subjetividade, capacidade de diagnosticar e de decidir (Gasparini, 2005); o sentimento de culpa por não dar conta satisfatoriamente de todas as atividades, a dificuldade de se estabelecerem espaços de intercâmbio de ideias, principalmente pela falta de tempo, a insuficiência de laços de cooperação, a falta de comunicação, a forma como vem sendo implantada a avaliação continuada (entendida como obrigação de aprovar alunos), a padronização do currículo e dos métodos de ensino, a falta de acompanhamento técnico (Neves, 1999); a inclusão de alunos especiais e o assédio moral (Lima, 2002); o fato de que estar na escola significa não apenas dar aulas, mas também atender pais e alunos, inclusive em horários de pausa e alimentação, os deslocamentos entre os locais de trabalho são também fonte de desgaste e esgotamento, dadas as condições de transporte da cidade (Gomes, 2002).

Estresse emocional e síndrome de *burnout*

Existe certo consenso na bibliografia pesquisada de que o estresse emocional e a síndrome de *burnout* configuram fenômenos diferentes. O segundo (*burnout*)

envolve atitudes e condutas negativas com relação aos usuários, clientes, organização e trabalho; é, assim, uma experiência subjetiva, envolvendo atitudes e sentimentos que vêm acarretar problemas de ordem prática e emocional ao trabalhador e à organização. O conceito de *stress*, por outro lado, não envolve tais atitudes e condutas, é um esgotamento pessoal e com interferência na vida do indivíduo e não necessariamente na sua relação com o trabalho (Codo, 1999).

Apesar de essa distinção ser fundamental, analisaremos aqui as duas manifestações em um só tópico, devido à pequena presença de estudos dedicados especificamente à questão do estresse. De fato, embora todos os trabalhos selecionados façam alguma referência ao estresse emocional, conseguimos detectar apenas dois que centralizam sua discussão sobre esse fenômeno. É com eles que iniciaremos o presente tópico.

O livro de Marilda Lipp (2006), *O stress do professor*, consiste em uma coletânea de nove artigos sobre o tema, abordado não só em relação aos professores, mas também do ponto de vista dos alunos. Os textos trabalham diversos grupos de professores e alunos: professores que trabalham com alunos do maternal e do ensino fundamental; professores e alunos das séries iniciais; professores que trabalham com alunos que têm distúrbios de conduta; professores de pós-graduação. Há ainda outros capítulos sobre a síndrome de *burnout*; sobre o stress do professor a partir da perspectiva da ergonomia; sobre o papel do professor diante dos alunos que desenvolvem estresse.

Destaque-se que quase todos os artigos dedicam uma atenção especial às formas de prevenir e lidar com o estresse, dentre as quais se pode ressaltar: a importância da descoberta das causas do estresse e do acompanhamento médico e psicoterápico; a sugestão de estratégias para minimizar ou evitar o estresse, como relaxamentos, atividades prazerosas, planejamento do tempo de trabalho, recusa de “tarefas impossíveis”, realização de atividades físicas, alimentação saudável e atendimento psicológico; a criação de grupos de discussões sobre o tema, envolvendo os professores da escola; a elaboração de estratégias coletivas de defesa para minimizar as situações desagradáveis, as quais se configuram por vezes como desobediências às regras estabelecidas, inclusive às de segurança no trabalho, ironia, revolta, mentira e dissimulação para burlar as regras do trabalho prescrito e reencontrar os prazeres do trabalho real a qualquer custo; o estabelecimento de uma relação dialógica com os alunos, de forma a elogiá-los; o estímulo ao trabalho em equipe; a tentativa de evitar gritar e de deixar a sala agradável, entre outros; a identificação dos primeiros sinais como um fator a ser considerado na terapia.

O segundo estudo levantado sobre o tema refere-se ao trabalho de monitoras de creche (Masselli, 2001). A pesquisa investiga o estresse entre as monitoras de creche da rede municipal de Campinas, a partir de dados de afastamentos que

evidenciam ser esta a categoria que mais se afastou por motivo de estresse entre os funcionários da Prefeitura. Os resultados da investigação indicam que as monitoras que estão em contato direto com as crianças tendem a ser mais estressadas e que esse é um trabalho emocionalmente exigente. Embora o estudo se destaque por analisar uma categoria geralmente esquecida do universo escolar e abra pistas, como as que se referem às relações entre as monitoras e as mães e as monitoras e as professoras de educação infantil como fontes importantes do estresse, há ainda muito o que aprofundar sobre o tema.

Já no que diz respeito à síndrome de *burnout*, as pesquisas iniciais sobre o tema, a partir do final dos anos de 1960, tiveram forte influência das perspectivas psicológicas; eram estudos descritivos, embora utilizassem técnicas e procedimentos de pesquisa qualitativa, como entrevistas, estudos de caso e observações. Atualmente, é possível identificar análises que estabelecem um diálogo entre diferentes campos do conhecimento, como a psicologia e a sociologia. A contribuição da sociologia possibilitou estudar os processos de trabalho docente, as relações entre profissão e trabalho, as biografias e os percursos ou carreiras profissionais (Carlotto, 2005). Ainda no campo da psicologia, observam-se quatro tendências na pesquisa: clínica; social-psicológica; organizacional e social-histórica (Wagner, 2004).

Todos os autores analisados afirmam, com diferentes ênfases, que há uma polissímia de termos para se referir ao *burnout*, pois esta síndrome é resultante de um conjunto de condições derivadas do desenvolvimento do estresse laboral. Os estudos sobre a síndrome de *burnout*, em professores, a associam às respostas individuais aos estressores interpessoais ocorridos em situações de trabalho. Uma diferença bastante significativa entre o *burnout* e o estresse é que este último afeta somente a pessoa envolvida, enquanto o *burnout* afeta todos aqueles envolvidos na situação de trabalho e nas relações pessoais.

As definições apresentadas pelo conjunto das pesquisas analisadas podem ser resumidas da seguinte forma: o *Burnout* é uma expressão que designa o sofrimento por exaustão física ou emocional provocada por contínua exposição a situações estressantes. Nesse sentido, entrar em *burnout* significa chegar ao limite da resistência física ou emocional (Carvalho, 2003).

Os componentes principais da síndrome de *burnout* são utilizados por todos os autores aqui analisados. Esses três componentes são: a exaustão emocional, a despersonalização e a redução da realização profissional.

Exaustão emocional (redução de energia): fator central da síndrome, sentimento de esgotamento físico e emocional, no qual o indivíduo sente que está sendo exigido mais do que ele pode dar, a exaustão emocional pode manifestar-se fisicamente ou psicologicamente, ou pode ser uma combinação físico-psicológica. *Despersonalização*:

distanciamento entre o trabalhador e o usuário do seu trabalho; neste caso, o profissional assume atitudes de frieza e cinismo, o vínculo afetivo é substituído pelo vínculo racional: o profissional passa a tratar clientes e colegas como objetos. Alguns autores (Codo, 1999; Carlotto, 2005) consideram a despersonalização o elemento-chave da síndrome de *burnout*, pois a exaustão emocional e a baixa realização profissional podem ser associadas a outros tipos de síndrome. *Realização profissional reduzida*: sentimento de inadequação e incompetência profissional, tendência do trabalhador em se auto-avaliar de forma negativa.

A síndrome se manifesta nos seguintes momentos: (1) quando as demandas de trabalho são maiores que as possibilidades humanas e materiais, o que gera um estresse laboral no indivíduo; (2) quando há evidências sobre o esforço de adaptação e produção de respostas emocionais aos desajustes percebidos; e (3) quando há um enfrentamento defensivo das tensões experimentadas, ocasionando comportamentos de distanciamento emocional, retirada, cinismo e rigidez (Carvalho, 2003). A síndrome pode se manifestar em dores de cabeça, alterações gastrointestinais, fadiga crônica ou exaustão física, tensão muscular, ansiedade, depressão, distúrbios do sono, irritabilidade (Assis, 2006; Rossa, 2003).

Por que professores, ainda que sujeitos às mesmas vicissitudes dos vitimados pela síndrome de *burnout*, encontram satisfação no exercício da profissão? Carvalho (2003) trabalha com a noção de resiliência, isto é, com a faculdade humana que permite às pessoas, apesar de atravessarem situações adversas, saírem não somente salvas, mas, também, transformadas positivamente pela experiência. As estratégias para lidar com as situações indutoras de estresse e, conseqüentemente, da síndrome de *burnout* podem ser aprendidas. Há personalidades mais ou menos propensas a desenvolver a síndrome, há aqueles que possuem um comportamento impulsivo, falam aceleradamente, são impacientes, possuem ritmo de vida acelerado, são mais desafiadores e competitivos, impacientes com a lentidão do outro; estes apresentam altos índices de *burnout* (Carvalho, 2003).

O conjunto dos estudos aqui analisados se coloca de acordo sobre os elementos que possibilitam a construção da síndrome de *burnout*. Esses quesitos associam características sociais e demográficas, relações e organização do trabalho, gestão da força de trabalho e, principalmente, as condições em que o trabalho educacional é realizado (Wagner, 2004; Rossa, 2003; Codo, 1999; Carlotto, 2005; Assis, 2006; Carvalho, 2003; Dantas, 2003; Fonseca, 2001; Noal, 2003; Santini, 2004).

Assim, as pesquisas procuram apreender as relações entre faixa etária, sexo, nível de escolarização, capital cultural, rede de relações sociais (características sócio-demográficas); o tipo de ocupação profissional (a especificidade da educação como campo profissional); o tempo de trabalho na área da educação e na instituição ou

organização; a jornada de trabalho (quantidade de horas e turnos) e o nível de ensino (distinguindo as faixas etárias dos estudantes); tamanho das classes e características sociais e culturais dos alunos; o trabalho de ensinar (se há autonomia, se é burocratizado, se os alunos têm necessidades especiais); as relações de poder (processos decisórios, “clima organizacional”); as pressões dos usuários do “serviço” educacional (famílias); o prestígio ou status de que a profissão goza; a formação (se suficiente para o exercício profissional); os direitos vinculados ao trabalho (salários, formação continuada). Os elementos citados são analisados a partir da observação de grupos de professores agregados por nível de ensino – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior –, buscando apreender as diferenças e similitudes no trabalho de ensinar para crianças, jovens ou adultos. Há, pois, um consenso de que, no caso dos professores, a localização da escola, o tipo de escola, o nível de ensino, a faixa etária dos estudantes e o contexto social no qual está inserida são fatores que contribuem significativamente para a síndrome.

Entre os profissionais mais sensíveis à síndrome, é o professor a categoria mais estudada e mais suscetível à síndrome de *burnout*. Movida pelas crenças nas possibilidades de transformação pela educação, ela seria mais vulnerável ao desenvolvimento da síndrome de *burnout*, pois haveria um descompasso entre as expectativas profissionais e a impossibilidade de alcançá-las. Da mesma forma, as perspectivas sociais, familiares e dos dirigentes do sistema educacional para que os professores tenham um desempenho que seja capaz de superar as diversidades culturais e sociais, sem lhes dar condições para atingi-lo, contribuem para gerar ansiedade, estresse e acabam por levar ao *burnout*.

A profissão docente é considerada, também pela Organização Mundial do Trabalho, como uma das mais estressantes, com forte incidência de elementos que conduzem à síndrome de *burnout*. Este fenômeno atinge professores de diferentes países e parece portar um caráter epidêmico mundial, que extrapola as fronteiras nacionais (Noal, 2003; Carvalho, 2003).

Independentemente do nível de ensino, os professores se sentem realizados profissionalmente quando é claro o significado de seu trabalho e quando eles têm a avaliação social de que realizam um trabalho de qualidade. Contudo, se os salários são baixos, se as relações de trabalho são muito conflitivas e se não há garantia de emprego, os professores tendem a experimentar o *burnout* (Dantas, 2003; Carlotto, 2005).

Conclusão

Os trabalhos levantados para este estado da arte indicam que a discussão sobre trabalho e saúde do professor avançou significativamente na última década.

Baseando-se em novos marcos teóricos abertos pela bibliografia internacional, especialmente a partir dos trabalhos de Dejours e Esteve, a área foi se desenvolvendo também no Brasil, abrindo novos caminhos que lograram aprofundar o conhecimento sobre as condições do trabalho docente, ressaltar as suas especificidades e mapear as principais formas de sofrimento no trabalho a que a categoria está submetida.

Vários avanços teóricos podem ser apontados nesse processo. O primeiro refere-se à comparação realizada por Codo (1999) entre o trabalho docente e o fabril e o destaque às diferenças entre esses dois processos profissionais, especialmente no que se refere a não alienação do professor em relação ao seu trabalho, a sua maior autonomia e controle sobre as atividades, que abriram uma nova trilha para a pesquisa sobre o tema. De fato, a comparação permitiu que os estudos desse campo abandonassem a crítica sobre o trabalho taylorizado, repetitivo, sem conteúdo etc., que marcou as análises anteriores, e passassem a investigar em que medida os professores conseguem ou não evitar os agentes da doença e sofrimento no trabalho, transformando-os em fontes de prazer e saúde. Os vários estudos analisados aqui iluminam inúmeros aspectos sobre esse tema, trazendo valiosas contribuições, tais como a maior probabilidade dos professores que veem o magistério como algo que se insere em seu projeto de vida de lidar com as adversidades; a maior incidência de sofrimento, estresse e *burnout* entre os professores com mais tempo de magistério; a maior incidência de afastamento por doença entre os temporários; a provável redução dos afastamentos dos temporários, devido à carência de seus direitos e ao temor do desemprego; a maior incidência de distúrbios psíquicos do que físicos; as várias estratégias adotadas pelos professores como forma de criação de relações mais saudáveis entre trabalho e saúde; as novas exigências colocadas para o trabalho docente em função das mudanças que vêm ocorrendo na economia, na sociedade e no Estado; o fato de que muitas enfermidades profissionais geradas pelas condições de trabalho são mascaradas como doenças comuns, fazendo com que o ônus recaia sobre os próprios professores; a deficiência dos programas de formação face às mudanças por que a escola vem passando; as diferenças entre o mal-estar dos professores das escolas públicas e privadas; as estratégias utilizadas pelas escolas para substituir os professores faltantes e seus efeitos sobre a saúde docente; as diferentes formas de manifestação do estresse, segundo os vários níveis de ensino; as manifestações de estresse entre as monitoras de creche; a maior incidência da síndrome de *burnout* entre os professores de educação infantil; a maior incidência de estresse emocional entre as professoras; a importância do conhecimento do profissional sobre a sua avaliação de desempenho para a satisfação no trabalho; as evidências de que os professores do ensino básico estariam vivenciando um abandono da carreira, seja pela demissão, seja pelo absentismo e licenças ou, ainda, pela despersonalização que caracteriza a síndrome de *burnout*.

Nota

1. Citamos Bernardo Ramazini (1633-1714), referência fundamental na história da medicina do trabalho, com o livro *De morbis artificum diatriba* (Módena, Itália, 1700); Paul Sivadon, *Psychiatrie et socialites* (Paris: Eres, 1993); Louis Le Guillart, *Que psychiatrie pour la notre société* (Paris: Eres, 1984). Estes dois últimos discutiram as relações entre trabalho e doenças mentais com o objetivo de tratamentos para estas doenças.

Referências

AMADO, E. *O trabalho dos professores do ensino fundamental: uma abordagem ergonômica*. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ASSIS, F.B. *Síndrome de burnout: um estudo qualitativo sobre o trabalho docente e as possibilidades de adoecimento de três professoras das séries iniciais*. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capitalismo monopolista: a degradação do trabalho no século xx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CARLOTTO, M.S. *Síndrome de burnout em professores de instituições particulares de ensino*. 2005. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Faculdade de Psicologia, Departamento de Psicologia Social, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela.

CARNEIRO, M.C.B.G.C. *A saúde do trabalhador professor*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

CARVALHO, F.A. *O mal-estar docente: das chamas devastadoras (burnout) às flamas da esperança-ação (resiliência)*. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CODO, W. (Coord.) *Educação: carinho e trabalho – burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação*. Petrópolis: Vozes, 1999.

DANTAS, E.A.M. *A relação entre a saúde organizacional e a síndrome de burnout*. 2003. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho*. 3. ed. ampl. São Paulo: Cortez; Oboré, 1992.

DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. São Paulo: FGV, 1999.

ESTEVE, J.M. Mudanças sociais e função docente. In: NÓVOA, A. *Profissão professor*. Porto: Porto, 1991.

ESTEVE, J.M. *O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores*. Bauru: EDUSC, 1999.

FONSECA, C.C.O.P. *O adoecer psíquico no trabalho do professor de ensino fundamental e médio da rede pública no estado de Minas Gerais*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FREGENBAUER, H. Staff burnout. *Journal of Social Issues*, v. 30, p. 159-165, 1974.

FREUD, S. *Malaises dans la civilisation*. Paris: PUF, 1971

GASPARINI, S.M. *Transtornos mentais em professores da rede municipal de ensino de Belo Horizonte*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

GOMES, L. *O trabalho multifacetado de professoras/as: a saúde entre limites*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

HYPOLITO, Á.M. *Processo de trabalho docente: uma análise a partir das relações de classe e de gênero*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 1994.

HYPOLITO, Á.M. *Trabalho docente, classe social e relações de gênero*. Campinas: Papirus, 1997.

LANCMAN, S.; SZNELWAR, L.L. (Org.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Fiocruz; Brasília, DF: Paralelo 15, 2004.

LIMA, V.A. *Condições de trabalho e saúde dos professores sindicalizados de ensino fundamental e médio da rede privada de Campinas*. 2000. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LIMA, W.R. *Perfil vocal e condições de trabalho de professores dos municípios de Vitória e Vila Velha-ES*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Fonoaudiologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

LIPP, M. (Org.). *O stress do professor*. 4. ed. Campinas: Papirus, 2006.

MARX, K. *El capital: crítica de la economía política*. Buenos Aires: Cartago, 1973. 3v.

MASCARELLO, M.R. P. *Nos fios de Ariadne: uma cartografia da relação saúde-trabalho dos professores de uma escola da rede pública do Estado do Espírito Santo*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

MASSELLI, M.C. *Estresse e trabalho de monitoras de creche: uma abordagem multidisciplinar*. 2001. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MENDES, R.; DIAS, E.C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. *Revista de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 5, p. 341-349, 1991.

MINAYO GOMEZ, C.; LACAZ, F.A.C. Saúde do trabalhador: novas-velhas questões. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 797-807, out./dez. 2005.

NEVES, M.Y.R. *Trabalho docente e saúde mental: a dor e a delícia de ser (tornar-se) professora*. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

NOAL, I.K. *Manifestações do mal-estar docente na vida profissional de professoras do ensino fundamental: um estudo de caso*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

NORONHA, M.M.B. *Condições do exercício profissional da professora e os seus possíveis efeitos sobre a saúde*. 2001. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

OLIVEIRA, D.L. *Processo de trabalho e saúde na escola: um estudo de caso com professores do ensino fundamental da escola municipal General Mourão Filho em Duque de Caxias*. 2001. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

ORGANIZATION DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO). *Informe mundial sobre la educación: los docentes y la enseñanza en un mundo en mutación*. Madrid: Santillana; UNESCO, 1998.

PANZIEIRI, A.J.F. *Sintomas osteomusculares e qualidade de vida em professores do ensino fundamental*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PEREIRA, A.V.S. *Comprometimento organizacional e qualidade de vida: um estudo com professores do ensino médio*. 2000. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós- Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

ROSSA, E.G.O. *Relação entre o stress e o burnout em professores do ensino fundamental e médio*. Campinas: PUC, 2003.

SANTINI, J. *A síndrome do esgotamento profissional: o “abandono” da carreira docente pelos professores de educação física da rede municipal de ensino de Porto Alegre*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SANTOS, N.S.M. *Quando os dados oficiais revelam condições de trabalho: análise dos agravos à saúde de professores das escolas públicas do município de São Paulo*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SUZIN, R. *A saúde geral dos professores municipais de Caxias do Sul e suas relações com as atividades laborais*. 2005. Dissertação (Mestrado profissionalizante em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

VIEIRA, J.D. *Identidade expropriada: retrato do educador brasileiro*. 2. ed. Brasília, DF: CNTE, 2004.

WAGNER, D.P. *Síndrome de burnout: um estudo junto aos educadores (professores e educadores assistentes) em escolas de educação infantil*. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado profissionalizante em Engenharia) – Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ZACCHI, M.S.S. *Professores (as): trabalho, vida e saúde*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Recebido em 11 de janeiro de 2011.

Aprovado em 27 de julho de 2011.